



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prevenção e combate aos casamentos fictícios

Os casos de casamentos fictícios já existem em Macau há muito tempo. De acordo com os dados fornecidos pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública, o número de casamentos fictícios registados anualmente ultrapassou os cem ao longo dos últimos anos, o que demonstra a gravidade deste problema. Recentemente, foi descoberto mais um caso de casamento fictício, envolvendo indivíduos com relações de parentesco¹, e com falsa declaração de relação de filiação, o que trouxe efeitos negativos tanto para o regime de casamento como para o conceito de ética familiar. As autoridades competentes aperceberam-se do problema e, durante a consulta pública sobre a revisão do “Regime Jurídico dos Controlos de Migração e das Autorizações de Permanência e Residência”, realizada em 2018, propuseram o aditamento do crime de casamento fictício, no entanto, até ao momento, a lei ainda não entrou em processo legislativo.

Na verdade, casamentos fictícios envolvem muitas questões e têm um impacto profundo. Os residentes de Macau envolvidos em casamentos fictícios foram, na sua maioria, induzidos por intermediários e grupos criminosos, correndo riscos que desconheciam. Por exemplo, a lei estipula que os cônjuges têm o dever de coabitação após o casamento, devendo residir e viver juntos, e que os contraentes também têm o direito de exigir que coabitem em casa. Por outro lado, o divórcio dos contraentes envolve

¹ “Polícia descobre um par de envolvidos em casamento fictício e detém cinco”, Jornal “Ou Mun”, 8 de Janeiro de 2020, pág. A1.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

também a questão da “partilha de bens”, pois podem ter de dividir os seus bens entre si, ou uma das partes pode ter de pagar mensalmente a pensão de alimentos ao “ex-cônjuge”² e, no passado, também ocorreu um caso suspeito de extorsão, num casamento fictício, por um contraente à outra parte³. Por isso, o Governo deve acelerar a definição dos crimes relativos ao casamento fictício e elevar as penas, bem como estudar formas para reforçar a divulgação jurídica junto da população, no sentido de prevenir e dissuadir a ocorrência desses crimes, bem como reduzir os riscos para a segurança pessoal e para os danos patrimoniais dos residentes.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

- 1 – A definição de casamento fictício como crime envolve a revisão do “Regime Jurídico dos Controlos de Migração e das Autorizações de Permanência e Residência”. De acordo com a calendarização dos principais trabalhos a desenvolver na área da segurança, nas Linhas de Acção Governativa, previa-se que a referida proposta de lei estivesse concluída em 2019⁴, e o processo de apreciação e acompanhamento dessa proposta de lei pelos serviços competentes devia começar em princípios de Agosto do ano passado⁵. Porém, até ao momento, ainda não entrou em processo de apreciação na Assembleia Legislativa. Qual é o ponto de situação desse trabalho?

² “Consequências de casamento fictício”, Jornal “Ou Mun”, 7 de Abril de 2019, pág. B07.

³ “Casamentos fictícios”, Jornal “Va Ou”, 22 de Julho de 2018.

⁴ “Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2019”, pág.103.

<https://www.gov.mo/zh-hant/wp-content/uploads/sites/4/2018/11/2019-POLICY—cnpdf>

⁵ Resposta à Interpeção Escrita da Deputada à AL Wong Kit Cheng pelo Gabinete do Secretário para a Segurança (14 de Agosto de 2019), <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2019~031565d81f227d5be5.pdf>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2 - No passado, os casamentos fictícios envolveram sempre intermediários e grupos criminosos, assim sendo, vai o Governo criar o crime de intermediação para casamento fictício, com vista a dissuadir a ocorrência desses delitos?

3 - Na resposta a uma interpelação que apresentei, o Governo afirmou que já tinha estabelecido um mecanismo de troca de informações com as autoridades policiais das regiões vizinhas, e que, através de uma comunicação regular e da realização de reuniões periódicas, ia discutir, em conjunto, a solução para os casamentos fictícios, bem como reforçar a comunicação e cooperação com os serviços competentes da Província de Guangdong. Face à diversidade das formas de casamento fictício detectadas neste momento, de que planos dispõe o Governo para reforçar o mecanismo de comunicação e ___troca de informações, com vista a organizar acções de combate mais específicas?

A Deputada à Assembleia Legislativa,

Wong Kit Cheng

10 de Janeiro de 2020